

GÊNERO APRISIONADO: UM ESTUDO NO PRESÍDIO FEMININO DE ARACAJU

Milena Batista Mendonça

Márcia Santana Tavares

RESUMO

Este artigo traz como tema a mulher e a criminalidade e tem como objetivo principal analisar a situação de execução penal sob o enfoque de gênero. Mais especificamente, pretende-se conhecer e analisar as condições de encarceramento e o efeito que produzem nas trajetórias de vida das detentas. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada na Penitenciária Feminina de Aracaju, mediante aplicação de entrevistas semi-estruturadas com seis detentas que concordaram em revelar a rotina do Presídio, vivências e representações do cárcere. Os resultados apontam para a necessidade de uma política pública de execução penal voltada às particularidades da mulher sob custódia, com especial atenção às desigualdades de gênero e preservação dos vínculos familiares, desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, podendo-se destacar o papel do psicólogo e do assistente social neste aspecto específico.

PALAVRAS-CHAVE

Criminologia, sistema carcerário, gênero.

ABSTRACT

This article brings like theme the woman and the criminality and its main purpose is to analyze the penal execution situation focalizing the gender. More specifically, the intend is to know and to analyze the imprisonment conditions and its effect that produce on the way of life of the prisoners. The research was accomplished in the Aracaju's Feminine Penitentiary, through application of semi-structuralized interviews with six prisoners that agreed in reveling the Penitentiary's routine, their way

of life and the prison's representation. The results shows the necessity of a political public of penal execution facing the particularities of the prisoner woman, with special care to the differences of the genus and preservation of the familiar bond, developed by a multidiscipline team, emphasizing the psychologist and social assistant's rule in this specific subject.

KEY WORDS

criminology jail system; gender.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em relato de uma pesquisa desenvolvida no Presídio Feminino de Aracaju, e objetiva analisar a situação de execução penal de mulheres custodiadas e entender os efeitos do encarceramento em suas trajetórias de vida, como também refletir sobre as representações do cárcere na vida das aprisionadas. No primeiro momento, apontamos as bases teóricas que subsidiaram nossa discussão sobre o tema, os conceitos que norteiam nossa leitura da realidade, em particular as reflexões de Foucault e Goffman sobre os efeitos do controle e punição institucional, que rouba a identidade dos indivíduos e anula o seu "eu". Em seguida, destacamos os procedimentos adotados para realização da pesquisa empírica, para logo após apresentarmos os resultados obtidos. Finalmente, apresentamos as considerações finais, em que procuramos destacar os principais aspectos da vida cotidiana no cárcere.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Goffman (1996), uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões

pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal.

Segundo ele, toda instituição tem tendências de “fechamento”. Seu “fechamento” ou caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saídas que muitas vezes estão incluídas no esquema físico (portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos). A tais estabelecimentos é dado o nome de instituições totais. A tendência marcante nessas instituições totais é o exame das situações sob a ótica da vigilância e da disciplina, num quadro que tende a ser punitivo e impessoal.

Para Foucault (2002), o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos. Esta ideologia de privação de liberdade e disciplina acaba transformando os internados em indivíduos autômatos. Dessa forma, pelo controle sob o sujeito, a instituição retira qualquer autonomia do recluso, reforçando que tem total poder sobre esses indivíduos.

Os internados vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada num mundo externo. Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados hostis. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentirem-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentirem-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. Devido esses diferentes aspectos, há uma grande distância social entre os dois estratos, o que acaba dificultando a comunicação entre estes grupos (GOFFMAN, 1996).

Segundo Goffman (1996), embora haja necessidade de certa comunicação entre os internados e a equipe de guarda, uma das funções do guarda é o controle da comunicação entre os internados e os níveis mais elevados da equipe dirigente. Todas essas restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos antagônicos. Desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração.

Foucault (2002) enfatiza ainda que, o isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total. Além do isolamento, uma vida de trabalho e disciplina potencializaria o poder da instituição sobre o preso. Para ele o trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo

uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade.

Já a vida familiar, para Goffman (1996), é às vezes contrastada com a vida solitária, mas, na realidade, um contraste mais adequado poderia ser feito com a vida em grupo, pois aqueles que comem e dormem no trabalho, com um grupo de companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa. Inversamente, o fato de manter as famílias fora das instituições sociais muitas vezes permite que os membros das equipes dirigentes continuem integrados na comunidade externa e escapem da tendência dominadora da instituição total.

Para Foucault (2002), é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. A tática disciplinar permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para a microfísica de um poder que poderíamos chamar “celular”.

A instituição total conforme descreve Goffman (1996), seria então um híbrido social parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal. Uma qualidade de vida no cárcere pode significar adequação às normas estabelecidas pela instituição e não a conservação da saúde psíquica que seria necessária para que, após a saída da prisão, o sujeito pudesse vencer o estigma de ex-presidiário e reorganizar sua vida.

Goffman (1996) denomina “mortificação do eu” a consequência psicológica da permanência em instituições totais. Já que a intimidade e a privacidade são sistematicamente violadas em virtude dos objetivos da instituição. Restando ao indivíduo poucas possibilidades para manifestação do seu eu.

Segundo Rauter (2003), o preso cujo eu está morto é justamente o preso bem comportado. É aquele preso que nada mais sabe fazer do que obedecer e perpetuar a rotina do cárcere.

Santos (1998) ressalta que os escassos estudos sobre o universo carcerário feminino se detêm no discurso institucional, isto é buscam entender a criminalidade feminina a partir da ótica institucional, enfatizando os tipos de delinquência e o caráter pedagógico exercido pela instituição carcerária. A autora destaca que, via de regra esses estudos ignoram que os mecanismos disciplinalizadores também recaem sobre o corpo das mulheres, desconhecendo que na prisão há outros tipos de prisões a que são submetidas essas mulheres.

Já Barros (1998), ao investigar as representações contidas nos jornais sobre a criminalidade feminina observa que a linguagem jornalística imprime uma estereotipia em torno da mulher que adentra o mundo do crime: de acordo com o crime cometido a mulher é tachada ora de louca, movida pela paixão (homicídio) e quando esta é mentora do crime, ressalta-se a excepcionalidade, já que os artigos sutilmente deixam entrever a “natural” impacacidade intelectual feminina. Imagem da criminoso construída reúne portanto, a seguinte tipologia: doente mental, mentor intelectual ou amante obsessiva, ou seja, esta imagem é claramente marcada pelo gênero.

Musumeci (2001) ao analisar o Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro, evidencia que a violência é uma presença constante na trajetória das mulheres encarceradas. O ciclo da violência, que se inicia na família e nas instituições para crianças e adolescentes, perpetua-se no casamento, desdobra-se na ação tradicional das polícias e se completa nas penitenciárias, para recomençar, provavelmente, na vida das futuras egressas. Na melhor das hipóteses, a prisão não ajuda a alterar o repertório de violência que a maior parte das presas acumulou ao longo de sua existência.

METODOLOGIA

Participaram deste estudo, seis mulheres presas no presídio feminino de Aracaju que se dispuseram a fornecer informações. As internas foram, então, contatadas e informadas sobre os objetivos da pesquisa. Sua colaboração era solicitada e, havendo concordância, elas assinavam um termo de consentimento e respondiam uma entrevista semi-estruturada gravada em áudio, atividade esta executada pela aluna em questão. É importante ressaltar os seguintes aspectos sobre as seis detentas: a faixa etária das mulheres investigadas, com idade entre 20 e 29 anos; três não concluíram o ensino fundamental, duas não terminaram o ensino médio e uma possui diploma universitário;

das seis, quatro tinham filhos e estes moravam com parentes; dentre as entrevistadas, cinco ainda estavam em fase processual, ou seja, ainda não tinham sido julgadas e nem condenadas, no qual as acusações foram de assassinato, assalto à mão armada, tráfico de drogas e uma preferiu não contar sobre o que tinha sido acusada, neste caso, todas se diziam inocentes.

A entrevistada que já tinha sido julgada por tráfico de drogas foi condenada a quatro anos e quatro meses de reclusão em regime fechado e assumiu o crime. O trabalho de campo foi desenvolvido mediante uma pesquisa qualitativa, de forma exploratória, utilizando a entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados, os quais foram transcritos obedecendo ao cronograma previamente estabelecido.

É importante esclarecer que a realização de estágio curricular na instituição, contribuiu para proporcionar maior autonomia à pesquisadora durante o desenvolvimento da pesquisa, assim como possibilitou que as entrevistas fossem aplicadas em um espaço cedido pela direção do Presídio para servir como sala de cinema, onde eram desenvolvidos grupos operativos com as internas, o que facilitou a adesão das mulheres à pesquisa em questão.

RESULTADOS

A rotina das internas é estabelecida mediante um processo de organização burocrática que tem como consequência a “mortificação do eu”, já que a intimidade e a privacidade são sistematicamente violadas em virtude dos objetivos da instituição, restando ao indivíduo poucas possibilidades para manifestação do seu eu, ou seja, elas têm uma rotina estabelecida pela equipe dirigente, na qual, não são consultadas e nem ao menos têm o direito de escolha.

Minha rotina aqui é a mais monótona do que você possa imaginar. É acordar todos os dias com pessoas gritando, xingando, brigando. Às vezes temos café, não é sempre. Depois vou pro bordado, meio-dia é o almoço, a velha comida da Casa, feijão, arroz, carne mal-passada e um suco artificial. À tarde não tem nada pra fazer. Às 18 h é a hora da tranca. Todo mundo trancado dentro dos salões. Tomamos café com dois pães com manteiga e dormimos novamente, e é assim que os dias vão se passando.

Eu durmo, acordo, janto, almoço, tomo café, e tomo banho. Porque não existe nada pra fazer mesmo. A maioria não trabalha aqui. Não

existe nenhuma atividade física, não tem nada pra se fazer. Só assistir televisão, dormir, tomar banho e comer.

Me irrita muito também ser jogada de uma mão pra outra, eu nunca consigo falar com a diretora. Ela só levanta a bunda quando tem gente se matando, então às coisas só se resolvem com briga aqui. Aqui as coisas acontecem ao contrário. Sentenciada não tem trabalho, processada tem mais vez. Eu não acho isso justo. Se cometeram ou não o crime eu não sei. Mas são crimes hediondos como o meu e eu não tenho vez. Aí eu tenho que laranjar, fazer os serviços de uma, lavar as roupas de outra por um real. Meu dinheiro eu tiro assim. Aqui não tem emprego. E tem que dar vez pra todas, mas só dão emprego pra umas e não fazem revezamento, não selecionam, quem escolhe é a direção e o critério é por ser bonitinha e não por ter bom comportamento.

O tempo escorre lentamente entre as paredes do presídio, “os dias vão passando”, “porque não existe nada para fazer mesmo”, a rotina alimenta uma sensação de vazio, monotonia, ociosidade, quebradas apenas pelas brigas entre as internas ou pelos programas televisivos, ora novelas em que momentaneamente fogem da realidade e fantasiam a possibilidade de um final feliz, ora programas policiais em que “a cana é dura” para os marginais e também as divertem, afastando-as do universo prisional, pois a tipologia por eles ilustrada não as identifica com a imagem dos “bandidos”.¹ Durante o dia, não desenvolvem atividades físicas, às vezes bordam, outras tentam “laranjar”, isto é, lavam e passam roupas de outras companheiras para obter algum dinheiro e garantir a compra de cigarro – que funciona como moeda de troca – e, ou produtos de beleza e lanches.²

As reeducandas acusam a direção de manter critérios seletivos para que trabalhem no setor administrativo da instituição. De fato, pudemos constatar que as internas escolhidas são aquelas que possuem boa aparência, são femininas e têm bom comportamento, nunca se rebelam contra as normas institucionais, no dizer de Rauter (2003), aquelas que têm seu eu mortificado. A única vez que pudemos presenciar uma interna que fugia dos padrões, trabalhando na direção, esta se encontrava substituindo um detento (da Casa de Detenção, que fica ao lado do Presídio em questão) que faria um serviço de pintor, mas tal exceção justificava-se pelo fato da mesma ser travesti, ter uma postura masculinizada.³

As representações que as internas fazem da vida institucional têm uma imagem negativa de repressão, humilhação, estigmatização, mortificação de sua identidade e abandono, ficando a instituição definida como um lugar de fracasso e sem perspectivas de reabilitação, conforme evidenciam seus depoimentos:

Esse ano que eu estou aqui me fez perder tanta coisa que eu nem sei se um dia eu vou poder recuperar. Perdi também minha liberdade.

Conviver com muitas mulheres diferentes, cada uma tem o seu temperamento, o que com o tempo se transforma em um ambiente insuportável. Nossa intimidade acaba totalmente.

Esse lugar é uma faculdade, mas uma faculdade do crime. Porque não ressocializa ninguém, muito pelo contrário piora as pessoas, sua mente, sua maneira de pensar.

Minha vida antes de ser presa era de inocência, vamos dizer assim, porque eu não tinha malícia como tenho hoje, e como tenho aprendido neste lugar. Aprendi como é o mundo da criminalidade, que eu não sabia.

As internas vêm a instituição como uma usurpadora de suas vidas, onde a intimidade e a privacidade são totalmente violadas. Refletem sobre o cárcere como uma “faculdade do crime” que alicia vítimas inocentes. A instituição rouba não só sua liberdade e ir e vir, mas se apropria de suas mentes, formas de pensar, na medida em que essas mulheres têm que controlar seu “temperamento”, ou seja, são mantidas sob controle e devem calar desejos, insatisfações, maus tratos e se manterem obedientes, com comportamentos padronizados.

A instituição produz o isolamento, “fechamento” das detentas para o mundo exterior, priva-as da liberdade, ao mesmo tempo em que realiza uma transformação técnica dos indivíduos, a partir do controle de suas necessidades, conforme demonstra o seguinte depoimento:

Eu não posso passear, estudar, ter passos livres. Hoje, é difícil até pra ir a um médico, a um dentista, tudo isso se torna muito difícil. E eu vejo que a justiça, dá muitas oportunidades a muitos criminosos, e prendem mais àquelas pessoas que teriam mais oportunidades na vida, como eu mesma, que não sabia nada da criminalidade, já que eu não estava envolvida com o tráfico e sim me apaixonei por um cara errado, estou aprendendo tudo aqui dentro dessa cadeia. Tenho apenas 20 anos, vim com 19, fiz 20 aí. Nunca passei em delegacia na minha vida, nunca fui presa, então eles poderiam pelo menos me dar uma oportunidade de refazer minha vida e ser alguém. Mas a justiça não pensa nisso, talvez que eu tivesse dinheiro ou fosse de uma família tradicional eu não estivesse passando por isso.

Caracterizam o sistema penitenciário como de controle, monitoramento, injusto, já que não dá uma pena mais branda para as processadas e não vêm a falta de antecedentes como critério para isso. Como também acusam o mesmo por fazer

distinção de classe social, onde o “rico é solto e o pobre fica preso e esquecido pelo sistema”.

O direito de “ir e vir” foi um critério que recebeu uma grande importância entre o discurso das detentas, o que pode ser atribuído à perda da sua autonomia, já que a interna é obrigada a viver excluída da sociedade. Desta forma, seus valores sociais são aos poucos mortificados e o indivíduo se submete às regras da instituição.

Pode-se perceber também a dificuldade de conviver com um grande grupo, cujo sujeito tem que dormir, trabalhar, desenvolver tarefas, enfim, conviver com os mesmos co-participantes o tempo todo, característica esta central das instituições totais. Assim, pelo controle sob o sujeito, a instituição destrói a identidade do recluso, reforçando que tem total poder sobre estes indivíduos.

Me relaciono com poucas pessoas, e mesmo assim me deceptio com elas. Então me isolo, fico praticamente só com os meus livros e a minha cama. Aqui não se pode ter amizade com ninguém.

Sempre procurando me desviar, porque aqui é assim, elas ficam estudando seus passos pra qualquer tropeço, cair em cima de você, então eu procuro o máximo, não me envolvo com todo tipo de gente, eu não me envolvo com todas as pessoas aí dentro. Eu fico só no salão que eu moro, convivendo com as outras meninas que dividem o salão comigo. Quando eu saio e vou pra área comum eu só digo oi, não procuro grupinho.

Tem gente que eu tolero e outras que eu gosto. Se eu não estiver disposta a dar nem um bom dia, eu não saio nem da minha cama. Me isolo mesmo.

Não há amizade, confiança, companheirismo entre as internas, e isso foi atribuído por elas à natureza feminina, o que acaba reforçando o isolamento, sendo este o fator chave das instituições totais. Entretanto, o controle institucional gera insegurança e desconfiança entre as internas, na medida em que a obtenção de benefícios está condicionada a um bom comportamento, isto é, isolar-se, resignar-se, eliminar quaisquer distinções de gosto, classe social, formas de pensar e agir que aumentam o estranhamento entre as mulheres.

As apenas falaram sobre a necessidade de um acompanhamento psicossocial e da dificuldade de conviver em um grupo heterogêneo, já que há um desinteresse por parte das autoridades em criar uma política de prevenção à saúde física e mental e de ressocialização para estas mulheres.

Deveriam ter estrutura para separação de pessoas, que eu já ouvi boatos que têm pessoas com AIDS, tuberculose também, e a direção não toma nenhuma providência, nem sequer faz exames pra confirmar e tratar essas doenças, nem se preocupa em separar essas pessoas das que estão saudáveis, nem em tratá-las. Isso não acontece nos presídios masculinos. Em Areia Branca mesmo, separam por regime aberto e fechado. Tem a Casa de Detenção que é só para homens processado. Em São Cristóvão tem um enfermaria para esses tipos de doença, onde separam os doentes dos que estão com saúde, evitando epidemias como tem aqui direto, se uma fica gripada, todas ficam e aqui não tem nem remédio pra dor de cabeça então imagine o que a gente sofre por essa falta de estrutura.

Oferece raramente um exame que você faz hoje e depois de um ano você recebe o resultado. Se você tinha que ser medicado, quando você receber o diagnóstico você já está todo infeccionado, igual a uma interna que tinha aqui que saiu daqui porque já estava morrendo por um câncer não cuidado, por falta de assistência. Mesmo com consulta particular as coisas aqui demoram. Até remédio aqui falta, não tem nem pra dor de cabeça.

Não existe preocupação alguma com nossa saúde, nem com nossa mente, isso aqui faz a gente sentir que está perdendo o juízo.

É como se eu tivesse morrido. Hoje eu vivo uma crise psicológica, familiar, e emocional. Não me sinto uma pessoa normal.

Constatou-se a falta de assistência médica e psicossocial na instituição, não há medidas preventivas, paliativas ou mesmo curativas no âmbito da saúde física ou mental. Há internas com suspeitas de AIDS sem realizarem exames; houve uma interna que teve um aborto espontâneo durante a madrugada e teve que esperar amanhecer para ser encaminhada a um posto de saúde; presenciamos uma interna com idade avançada sendo liberada da pena por ter sido diagnosticada com câncer em uma fase terminal por falta de assistência preventiva, paliativa e curativa no Presídio; a solidão, isolamento, perda de vínculos sociais e afetivos geram depressão, angústia e atritos entre as internas que, negligenciadas, têm comprometida sua saúde física e emocional, entre outros casos que demonstram a falta de estrutura e de cuidado com essas mulheres sob custódia.

A situação da mulher presa se apresenta agravada não só pelo seu perfil biográfico-social, mas, também pelo tratamento que o sistema jurídico-penal lhe confere, desatendendo seus direitos e não oferecendo um acompanhamento adequado para as internas.

Eu ainda não precisei de um advogado porque eu tenho um que minha mãe conseguiu, particular. Então eu deixo para as que não têm condições de pagar um advogado. Mas, isso tem pouco tempo que começou. Antes não existia isso não.

Precisei muito e nunca tive ajuda do presídio pra isso. Agora, há menos de um mês, que está tendo. Mas antes não tinha. No momento eu não estou precisando porque estou com advogado particular, mas já precisei muito.

Não oferece orientação jurídica, não oferece segurança, não oferece estrutura, num ambiente pra 20 pessoas e comportar 80? Imagine a bagunça. Nos salões tem cupins, baratas, ratos e ninguém faz nada pra matar esses bichos. Aqui não existe ninguém que faça manutenção, quem faz são os detentos da CDA quando podem descer pra cá. Aqui falta muita coisa.

Percebe-se uma completa ausência de assistência jurídica na instituição. Se não tiverem condições financeiras para contratar um advogado particular, as internas estão entregues à própria sorte, e podem “tirar a cadeia pelo pé”, ou seja, cumprem o tempo ao qual foram sentenciadas ou até mais. A assistência jurídica não é percebida como direito, e sim concessão que pode ser negada, daí porque as internas recorrem à família para garantir esta assistência. O fato de “precisarem muito” deixam implícitas as possíveis privações que o grupo familiar deve enfrentar para assegurar o atendimento de um direito, que se manifesta também através da ausência de infra-estrutura e condições de higiene da instituição.

Não resta dúvida de que a situação carcerária é precária tanto para homens quanto para mulheres neste Estado. Porém, em relação a elas, fica evidente a necessidade de um debate mais amplo sobre a participação da sociedade civil em prol dos direitos humanos das mulheres.

Pelo o que eu conheço, o tratamento em relação á mulher e o homem preso é diferente. Os homens presos se respeitam, as mulheres não. As próprias presas se desvalorizam. E isso, a meu ver, é reflexo da própria sociedade que também nos desvaloriza. E nós acabamos reproduzindo isso. E ainda tem um agravante, além de ser mulher, eu sou mãe. Em relação aos cuidados da minha saúde, desde que eu fui presa, eu não fiz nenhum exame ginecológico, apesar de ser indispensável para a mulher fazer esses exames, aqui isso não acontece. Com relação à estética, também é complicado, a pele muda, o cabelo cai, eu estou definhando (talvez pela alimentação ou o sistema nervoso mesmo). No aspecto sexual, eu tenho um companheiro que está preso em outro estado e não tenho contato físico com ele desde que fui presa.

A mulher está presa por causa do homem, mas nem por isso, sai junto, na mesma época que o homem. É mais fácil o homem sair do que a mulher sair, entendeu? Porque tudo é favorável pra ela ficar. Acho que tem haver com a mentalidade machista da sociedade, né? Os homens também usam mais a cabeça e a mulher o silencio, acabam se ocultando tanto pra proteger o homem que acabam pegando a pena delas e a do marido entendeu? E depois eles as abandonam.

Observa-se uma reprodução das diferenças de gênero atribuídas a homens e mulheres: A fragilidade e passividade como características femininas; a indicação do homem como o culpado e a mulher como a vítima do amor e, por isso mesmo, inocente.

O homem seria a “cabeça”, é quem arquitetava o crime, coisa que a “natureza feminina” não tem capacidade de fazer, à mulher cabe apenas, como cúmplice fiel, manter o silêncio, proteger seu homem, ainda que venha a cumprir pena em seu lugar e, quem sabe depois, ser trocada por outra.

A imagem da criminoso construída reúne a tipologia de doente mental, mentor intelectual ou amante obsessiva, ou seja, esta imagem é claramente marcada pelo gênero, desconhecendo que na prisão há outros tipos de prisões a que são submetidas essas mulheres.

A vaidade surge como um resgate a integridade delas, para manter a lucidez e continuar se sentindo mulher. Compram (com ajuda de algumas agentes) tinturas para cabelos, cremes para hidratação, shampoos, condicionadores, hidratantes corporais, maquiagem, esmaltes e se bronzear sempre que podem.

Na nossa primeira visita ao Presídio em questão, ao entrar nos salões ⁴, presenciamos as internas semi-nuas (com os seios a mostra) tomando banho de sol e se exibindo para os agentes penitenciários que estavam em cima do muro, como de praxe, para observar os internos da Casa de Detenção no pátio. Como também ouvimos uma agente do Presídio Feminino comentando que algumas internas estavam se masturbando para os agentes da Casa de Detenção e que eles “davam ousadia”.

Nesse mesmo dia, vimos no mural da administração um ofício informando que era proibida a visita íntima ⁵ para as mulheres homossexuais. A mesma é realizada aos sábados, sendo permitida, conforme decisão judicial, a entrada somente de esposo ou companheiro. Ou seja, as internas homossexuais não têm direito à visita íntima.

O preconceito em relação a uma orientação sexual que fuja aos padrões heteronormativos vigentes na sociedade está presente no espaço institucional, delimitando comportamentos tidos como certos e, ou errados, ainda que sua constância crie uma aparente naturalização, conforme demonstram as respondentes:

A sensação é muito esquisita, me senti uma idiota. É desagradável ser paquerada por uma mulher. Você vê que ela tem seios e se veste de homem, finge ser homem, mas é uma mulher.

Acabei me relacionando com uma pessoa aí dentro. Mas foi só pra me descobrir, por uma curiosidade também. Porém, não gostei. Sempre

sou paquerada por outras, tem uma que vive falando que me ama, mas eu não acredito em nada disso. Eu estou tentando me sair de boa e deixar que ele vá atrás de outra que curta o mesmo sexo que ela.

Chegou carne nova eu ataco mesmo. Quando eu cheguei, eu tive a recepção de outras homossexuais. E as meninas todas queriam a gente no salão e eu então que era a que mais tinha dinheiro. Mas depois que viram que eu não tinha nada, nem o sol e nem a lua, me isolaram. Passei de salão em salão. Mas agora amiguei de vez. Agora tenho parceira fixa.

Assim, pode-se observar uma ambigüidade no discurso das internas; experimentam uma relação homossexual, mas afirmam que “não gostaram” e considerarem “desagradável” ser assediadas, ao mesmo tempo em que se sentem envaidecidas por serem paqueradas e amadas, o que pode ser justificado pela solidão e carência sentidas pelas internas, mas também pelo modelo de monossexualidade internalizado e legitimado socialmente. Neste sentido, as internas que incorporam um comportamento tido como desviante, ou seja, têm uma orientação homoerótica, assimilam uma masculinização que se manifesta na forma de se vestir, falar e se comportar; desempenham papéis sociais e sexuais atribuídos ao homem, ou seja, tornam-se provedoras econômicas de suas parceiras e conquistadoras em potencial.

Ser visto como um sujeito que vive em um Presídio é um forte estigma social e, sobretudo, uma marca que eles passam a carregar, pois as pessoas, incluindo as próprias presas, julgam que um indivíduo institucionalizado carrega algum problema em sua “bagagem”.

Algumas agentes tiram certas brincadeiras usando o termo de presa. Nós não somos presas somos reeducandas. Presa é o diabo! Ninguém é Deus pra julgar e nem melhor do que eu, só porque eu estou presa. Nós temos a consciência de que somos presas, não precisamos que ninguém lembre o que a gente é.

Existe discriminação por parte das próprias internas, por motivos que eu me reservo a falar. Pelas as agentes não. Nem pela direção.

A direção e as agentes acham que a gente deve sempre estar de cabeça baixa e aceitar tudo por estarmos presas. E eu não penso dessa forma. Eu sempre vou de encontro a alguma coisa que eu vejo que é uma humilhação contra a gente. E nós temos que sempre ser gentil, por favor, muito obrigada, mas isso é difícil, vivendo do jeito que a gente vive.

Discriminação é pra quem vê e eu não vejo, eu não quero isso. Eu vejo o que eu quero. Eu não vejo discriminação, eu não vejo preconceito. Eu vejo desumanidade. Somos tratadas pior do que bicho, o sistema é muito desumano. Tudo é péssimo. Daqui a pouco querem tirar nossas roupas e vamos ficar todas só de farda. Então até nossa identidade querem tirar. Aí eu vou perguntar se respirar a gente

pode, porque daqui a pouco vai ser proibido. Aqui é uma cadeia pra 20 e comporta 83 internas.

Pudemos constatar durante as visitas no Presídio que há discriminação entre as próprias detentas, pela condição de classe socioeconômica, religião, escolaridade, beleza e orientação sexual. Algumas, de classes sociais mais altas, devem pagar “taxas” para não serem agredidas pelas outras. Outras tidas como feias, são motivo de chacota pelas outras internas e são apelidadas de “celebridades”.

Humilhações, cabeça baixa, subserviência, condições desumanas, superlotação, “roubam” suas identidades e as transformam em “bichos”, porque vivem como animais e passam a se considerar como tais – uma interna, que estava passando mal, disse que estava precisando de um veterinário e não de um médico, porque lá ela era bicho.

As presas falaram das suas famílias com mágoa e rancor por estas as abandonarem, mostram também um descaso do Presídio em subsidiar a preservação das relações familiares e de quebrar estereótipos por parte dos parentes.

A única pessoa que vem me visitar é minha mãe, até pela questão burocrática de uma bendita carteirinha. Se nós já somos internas, se já estamos separadas da sociedade, não custava nada deixar um amigo, nos visitar. E como eles pedem um atestado de bons antecedentes, todas as pessoas que tivessem bons antecedentes que quisessem vim nos visitar deveriam ter o direito de fazer isso. Porque isso nos alegraria mais, já que teríamos notícias que como está lá fora, de como está o mundo e as pessoas que a gente ama. Talvez isso pudesse melhorar até o nosso comportamento aqui, mas até isso foi cortado, até esse nosso direito foi tirado.

Eles vêm de uma forma monstruosa, ninguém da minha família já havia sido presa e ninguém imaginava que isso pudesse acontecer, nem comigo. E eles me abandonaram. Pra mim eu não tenho mais família.

Abandonar não, mas presentes também não são. Eles estão ainda sem acreditar que isso aconteceu e a saudade é uma coisa que a gente aprende a conviver. Eu sofro muito.. Minha maneira de ver é que quem sai daqui tem que fazer uma terapia intensiva. Eu vou sentir só medo lá fora. Que lembrança eu vou ter da minha vida, dos meus amigos daqui? Isso vai me acompanhar pra sempre. É bem difícil pensar na vida depois daqui. O preconceito rola, então vou tentar esconder isso de todo mundo.

Tenho um filho de 3 anos e no início ele tinha medo de ficar comigo, mas agora, ele está mais calmo e já brinca comigo. Passo o dia e a noite toda aqui trancada longe dele. Ele nem come mais direito, ele quer que eu dê a comida pra ele e eu não posso fazer isso. Estou vendo meu filho adoecendo e triste e não posso cuidar dele.

Minha filha não sabe que eu estou presa. Ela pensa que eu estou muito doente, que o meu coração está com problemas e que eu estou no hospital internada.

Nos seus discursos, tentam demonstrar que “existem” para alguém lá fora, que são importantes para alguém, no entanto, suas falas deixam entrever o abandono e rejeição da família. Mesmo quando não há abandono, há ausência, distanciamento, o encarceramento faz com que os vínculos afetivos e familiares se fragilizem pouco a pouco e, por essa razão, as reeducandas com quem as internas têm mais proximidade se tornam sua família substituta, daí porque o medo de sair e a incerteza em relação ao que o futuro lhes reserva. Em outras palavras, as internas perdem os vínculos que têm “lá fora” com familiares e amigos e, ao saírem do presídio, são também alijadas do convívio com as internas, o que aumenta a sensação de isolamento e perda de referências.

Identidades fragmentadas, vidas roubadas, em meio ao desolamento cotidiano, é preciso resistir, apegar-se aos sonhos, para (sobre)viver às grades. Conforme relatam:

Apesar de saber que vai ser muito difícil refazer minha vida já que o mercado de trabalho vai ser muito fechado pra mim por eu ter sido presa, mas não vou abaixar minha cabeça e vou lutar pra conseguir mostrar às pessoas que nós somos humanas e se erramos nós aprendemos com nossos erros, e refazer minha vida.

Eu pretendo terminar meus estudos, fazer um curso de enfermagem e ser alguém na vida. Tentar esquecer esse lugar, apesar de saber que vai ser difícil, porque me deixou muitos traumas e mágoas. Mas vou procurar o máximo, não lembrar do que eu vivi aqui. Porque esse lugar eu não desejo pra ninguém, nem pra pior pessoa desse mundo, eu não desejo esse lugar.

Quero crescer e estudar com força. Parar de matar aula. Ter um negócio próprio, não ter patrão, sabe? Que ele não precise saber nada sobre mim. E nem investigar meu passado pra saber quem eu fui, sabe? Pra poder esquecer isso aqui.

As internas sabem que, mesmo cumprida a pena, carregam o estigma da prisão, e por isso, o mercado é fechado. Daí pensarem em ter o próprio negócio, pois não precisam da satisfação sobre seus antecedentes e se tornam autônomas, resta-lhes, portanto, o caminho informalidade. A importância do estudo, a falta de qualificação, restringe ainda mais as oportunidades no mercado de trabalho.

“A vida recomeça quando abrem as grades”, ou seja, o estudo, o trabalho, o lazer, a alegria, a reconstrução dos laços familiares, o amadurecimento, são aspectos entendidos por elas como possíveis apenas com a sua saída da prisão. A prisão seria

como um período de latência, como um limbo, onde a saída simboliza a possibilidade de reconstrução de suas vidas.

CONCLUSÃO

Foucault (2002) e Goffman (1996) refletem sobre aspectos como a representação que o interno faz da vida institucional, o aniquilamento de sua identidade, a estigmatização e as dificuldades enfrentadas em seu processo de reinserção social, o que foi corroborado pelos dados do nosso estudo, visto que elas afirmaram que a prisão não tem um efeito recuperador e só causa revolta. A passagem por uma instituição total é caracterizada por viver em um grande grupo controlado, este possui muitas necessidades restringidas e uma organização burocrática no qual o coletivismo é o fato básico da institucionalização.

Com efeito, existe uma hierarquia nítida que verticaliza as relações de poder no Presídio Feminino de Aracaju, que tem como principal poder a Secretaria da Justiça, seguida da Direção do DESIPE, da Diretora do Setor de Ressocialização, da Diretora do Presídio, depois da Inspetora e, por último, das Agentes Carcerárias. Essa verticalização do poder inibe ainda mais a autonomia do sujeito, já que o mesmo está subjugado a diversos poderes que, se forem investigados, parecem não ter fim. Para haver uma real ressocialização e um resgate da identidade dessas mulheres, talvez seja necessário uma horizontalização do poder, ou seja, definir prioridades e projetos a partir da demanda das próprias internas e, não por uma ordem de “cima”, que geralmente é descontextualizada.

Assim, sugerimos a composição de equipe interdisciplinar para garantir a saúde das reeducandas como um todo, formada por médicos, psicólogos, dentistas, enfermeiras, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais que poderiam proporcionar uma melhor qualidade de vida para essas mulheres sobre custódia, substituindo as formas repressivas e discriminatórias tradicionais de tratamento.

Conforme observado na revisão da literatura, a instituição cria uma imagem negativa de seu próprio mundo, uma vez que serve de cenário para que todas as repressões, humilhações e violências aconteçam com a população interna, ficando definida como um lugar de fracasso, um lugar sem saída e sem perspectivas. Neste

sentido, os relatos mostram que a instituição não abre espaço para as internas trabalharem suas histórias de vida, suas dores, tristezas e violências, pondo em risco a preservação da saúde mental e também física das mulheres sob custódia.

O estigma de delinqüente torna o sujeito diferente dos outros, faz com que este indivíduo não seja mais considerado como um ser humano comum e total, reduzindo-o a uma pessoa diminuída, pensamento este que possivelmente irá acompanhá-lo para sempre. Isso ilustra muito bem o imaginário construído em torno dessa população que determina a perspectiva preconceituosa com que o grupo é tratado, a qual consiste num resultado direto dessa representação socialmente instituída.

Talvez este aspecto exija um esforço de transformação das instituições que atendem a população carcerária, de modo que possam ser vistas como um local onde seja possível construir sujeitos. Portanto, é preciso reconsiderar a perspectiva institucional, investindo em um processo de mudança, rumo a uma maior qualificação de seu universo, trabalhando os preconceitos instituídos e, sobretudo, respeitando o atendimento necessário às internas como um acompanhamento psicossocial, demonstrando que o processo ressocializador se caracteriza como uma técnica necessária e indispensável frente ao cenário atual do presídio.

O que ocorre no Complexo em questão é uma desconsideração do fato de que o rompimento de vínculos afetivos é um processo muito doloroso. Não se pode eliminar uma história familiar sem compartilhar sentimentos de angústia e medo do presente e do futuro. Este aspecto foi analisado na medida em que, segundo relatado pelas internas, a instituição não se preocupa em aproximar as mães de seus filhos e reestruturar as relações familiares.

Uma interna que não participou das entrevistas, mas esteve presente nos grupos operativos afirmou que não adianta mudar a direção nem a forma como elas são tratadas pela comunidade que integra a instituição, já que o que atrapalha é quem está no poder (a política) e esses não melhoram o sistema porque “quem ajuda marginal não recebe voto”, então resta às internas somente “tirarem a cadeia e não entrarem em conflito com a instituição”.

Estes fatos apontam a necessidade de uma política pública de execução penal voltada às particularidades da mulher sob custódia, com especial atenção à preservação dos vínculos familiares, utilizando-se de uma equipe interdisciplinar dentro do presídio, podendo destacar o papel do psicólogo e do assistente social neste aspecto específico. Devemos recuperar o funcionamento falido dessas instituições e parar de pensá-las

como depósito do “lixo” social. Temos que permitir que essa parcela da população se reestruture e construa uma realidade sem preconceitos e com possibilidades de reconstruir suas vidas.

SOBRE AS AUTORAS

Milena Batista Mendonça é Graduada em Psicologia pela Universidade Tiradentes. Bolsista PROBIC/UNIT. E-mail: milena_psico@yahoo.com.br

Márcia Santana Tavares é Mestre em Sociologia pela UFS e professora do Curso de Serviço Social da UNIT. E-mail: marciatavares1@gmail.com

NOTAS DE FIM DE TEXTO

¹ Durante nossas visitas, na hora do almoço, pudemos observar a atenção dedicada pelas internas a novelas e programas policiais.

² As reeducandas mantêm bombonnières em suas celas com biscoitos, que ofereciam com chá aos visitantes não vinculados à instituição ou costumam pagar algumas agentes, chamadas “proprineiras” para comprarem pizza, cigarro, facilitar a entrega de mantimentos durante as visitas de familiares, entre outras coisas.

³ A interna em questão adotou nome, comportamento e atividades masculinas, definiu-se como “galinha” devido às inúmeras conquistas, disputas das mulheres por sua atenção, posto que é entre as travestis, aquela que mais se parece com um homem.

⁴ Salão é o nome que elas dão a cela.

⁵ Visita íntima é entendida como a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas (Art. 1º: RESOLUÇÃO Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 1999). Disponível em: <http://www.mj.gov.br/cnpcp/resolucoes/res1999_03_30_n1.htm> Acesso em: 15 de dezembro de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Zelinda. A mulher criminosa em manchete: perfil da delinqüente traçado por um meio de comunicação. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia e MACÊDO, Márcia (orgs.). **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998, pp.: 111-121.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Kevan, 2003.

SANTOS, Cleide Magali dos. Prisões dentro da prisão: notas sobre carceragem e uso (ou abuso) sobre corpos. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia e MACÊDO, Márcia (orgs.). **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998, pp.: 63-71.

MARTINS, Dora. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen> Acesso em: 17 de maio de 2004.

MINAYO, Maria. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MUSUMECI, Barbara. Mulher e Violência no Sistema de Justiça criminal. In: **Rio de Janeiro Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2001, pp.: 03-08.